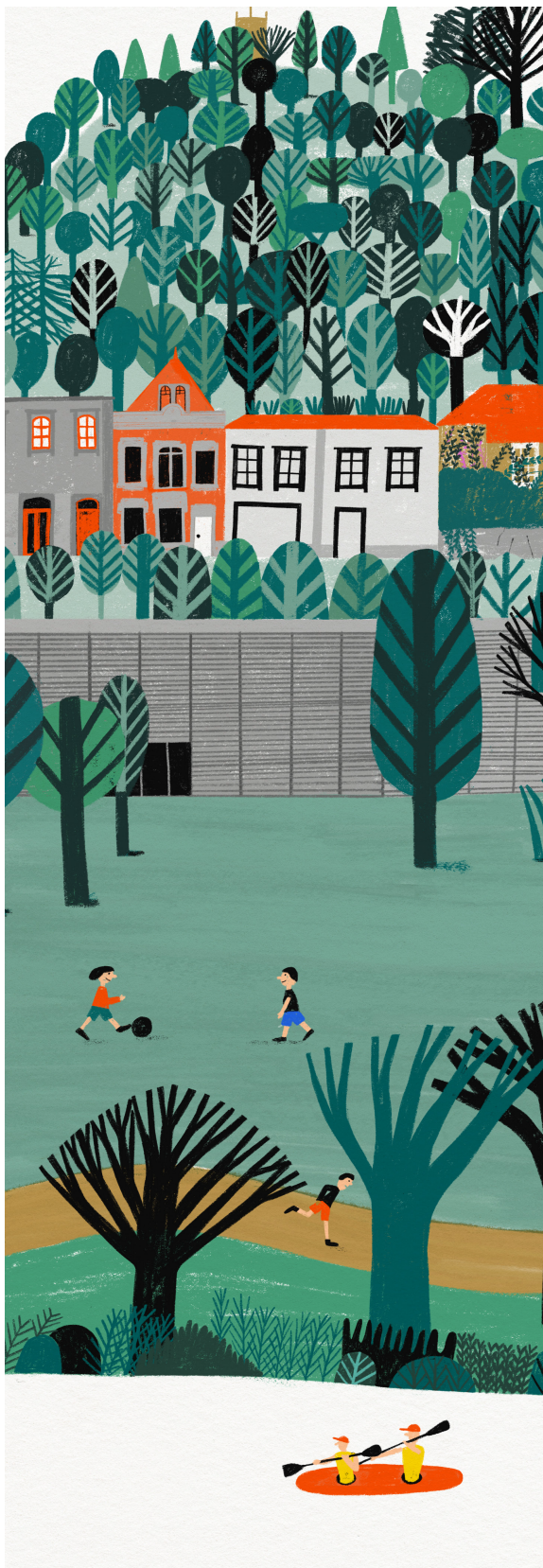




CIDADES DE ESPERANÇA / ESPERANÇA NAS CIDADES

José Alberto Rio Fernandes
(coord)

Textos de
João Ferrão
Joaquim Oliveira Martins
Oriol Nel'lo

FLUP, Porto, 2026

Ficha Técnica

Título: Cidades de esperança / Esperança nas cidades

Coordenação: José Alberto Rio Fernandes

Apoio à edição: Beatriz Martins

Ano: 2026

ISBN: 978-989-9370-02-9

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9370-02-9/cid>

Imagem da capa: Mariana Rio

Índice

<i>Abertura</i>	4
<i>Semear esperança a partir das cidades — João Ferrão</i>	7
<i>Cidades, bem-estar e desenvolvimento sustentável — Joaquim Oliveira Martins</i>	15
<i>Política para as cidades em tempos de guerra — Oriol Nel·lo</i>	34

Abertura

José Alberto Rio Fernandes, com Ângela Silva, Hélder Santos, Inês Rocha, Jorge Ricardo Pinto, Luís Carvalho, Luís Meira, Pedro Chamusca e Thiago Monteiro. Apoio à edição de Beatriz Martins.

Uma reorganização do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território), levou à criação de uma linha de investigação orientada em torno das políticas públicas e sua associação ao planeamento e transformação do território. Foi neste contexto que, em 2015, se lançou a primeira edição de conferências organizadas por essa linha de Políticas Públicas, Planeamento e Desenvolvimento do Território (P3DT).



Com um ano de interrupção devido à COVID19, as Conferências P3DT realizaram-se em anos sucessivos, mesmo após a extinção da linha, associada a nova reestruturação do CEGOT, chegando em 2026, à sua 10ª edição.

É esta edição que a presente publicação celebra, quando ocorre alteração da direção das Conferências P3DT, com Hélder Santos a assumir a presidência que esteve desde o início com José Alberto Rio Fernandes. Apresentam-se aqui os textos dos três conferencistas convidados, não por acaso, neste 10º encontro, aqueles que há mais tempo acompanham a iniciativa, se descontarmos a maioria dos organizadores: João Ferrão, Joaquim Oliveira Martins e Oriol Nel'lo.

Os textos abordam de modo muito diverso (como se aprecia) e a qualidade e pertinência (que se espera dos autores em causa), questões associadas ao tema que esteve em debate no encontro que decorreu de 8 a 10 de abril no Auditório Municipal Camilo de Oliveira, em Gondomar: “Cidades de Esperança/ Esperança nas Cidades”. Não precisam de apresentação, pelo que apenas fazemos votos que os leitores tenham o mesmo prazer na sua leitura que nós, reconhecendo o acréscimo ao conhecimento que lhes trazem, desde logo como “food for thought” (alimento para o pensamento).

Celebra-se, assim, com a publicação destes três textos, 10 anos de encontros P3DT.

Nos primeiros, o Auditório Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Auditório do Museu Soares dos Reis foram os lugares de acolhimento, a que se seguiram protocolos com municípios para a itinerância da realização dos encontros, que estiveram em Vila Nova de Gaia, Valongo, Santo Tirso, Matosinhos, Viana do Castelo, Braga, Espinho e Gondomar.

Em todos os casos, envolveram-se investigadores, técnicos e políticos, favorecendo-se o encontro entre o saber mais aprofundado e prático, com a maior abstração teórica e o conhecimento cientificamente mais amplo, muitas vezes cruzando leitura e experiência. Além disso, promoveu-se a transdisciplinaridade, com a reunião de saberes de várias áreas científicas, com prioridade à Geografia e à importância da reflexão e ação de base territorial, mas com presença relevante da Economia, das Ciências do Ambiente, da Arquitetura da Engenharia Civil, entre outras, cuja relevância variou de acordo com os temas escolhidos. Não menos importante, o P3DT tem vindo a favorecer o encontro

entre a academia e a política, seja pela presença institucional de representantes eleitos, seja especialmente pela sua participação ativa em mesas-redondas e como conferencistas, sendo de considerar a presença de vários conferencistas e outros convidados, em mesa-redonda ou no comentário, de académicos que tiveram responsabilidade política.

Além disso, o P3DT pretende contribuir para a transformação, ou seja, reforçar a relação entre conhecimento e ação política informada. Para tanto, além do envolvimento de quem está na política, assegura de várias formas a divulgação de sínteses ou parte do que é apresentado, recorrendo a vários suportes. Esta publicação é uma delas, como o foi a anterior publicação realizada a propósito das relações entre a cidade e o turismo, tema das Conferências P3DT de 2025. Tem havido também cobertura do P3DT em vários meios de comunicação social, designadamente através de protocolo com o Jornal de Notícias, devendo ser lembrado ainda um texto no Público na sequência do 8º P3DT e a cobertura pelo Porto Canal em algumas edições. Mas, as conferências P3DT são, sobretudo um tempo de aprendizagem. Desde logo para conferencistas e participantes em mesas-redondas que trocam ideias entre si e com assistentes. Também para todos estes, incluindo no tempo dos intervalos e refeições que são vistos como parte integrante das conferências e do ambiente de aprendizagem que se estabelece, estendendo-se em saídas de campo nos lugares onde ocorrem as conferências. Estudantes, professores e técnicos da administração pública têm sido privilegiados, podendo participar no âmbito de ações acreditadas no âmbito da sua progressão profissional.

Além do agradecimento que é devido aos autores e os votos de proveitosa leitura, deixamos o desafio à participação na 11ª edição das Conferências P3DT. Na Maia, a propósito dos espaços periurbanos.

2026/07/01

Nota: O registo dos encontros de 2021 a 2025, com os respetivos programas, pode ser consultado em <https://p3dt-cegot.weebly.com/>

Semear esperança a partir das cidades

João Ferrão

(Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

Entre crises e transições: as cidades numa difícil encruzilhada

Ao sugerirem o título “Cidades de Esperança, Esperança nas Cidades. Para um futuro melhor em tempos de desigualdades, mudanças e desencantos”, os organizadores do encontro lançaram-me um repto claro: como construir, em tempos marcados por desigualdades, mudanças e desencantos, futuros mais esperançosos a partir das cidades?¹

De facto, vivemos tempos conturbados, caracterizados, simultaneamente, pela ocorrência de sucessivas crises de âmbito global e pelo reconhecimento da necessidade de as sociedades atuais efetuarem transições profundas em múltiplos domínios.

Nas últimas duas décadas fomos afetados por crises bem conhecidas: financeira, humanitária (refugiados), pandémica, climática e geopolítica, para referir as mais relevantes. Os choques externos desencadeados por cada uma destas crises em diferentes países e regiões do globo têm sido intensos. E as relações de interação que muitas vezes se estabelecem entre várias delas ampliam ainda mais esses impactos, conferindo-lhes uma natureza sistémica.

Ao mesmo tempo, generalizou-se o reconhecimento de que é necessário impulsionar de modo proactivo diversas transições: ecológica, energética, digital, económica, demográfica, democrática, etc. Estas transições visam acelerar transformações estruturais em prol de um novo ciclo de desenvolvimento global, mais sustentável, inclusivo e próspero.

¹ O texto que se segue retoma ideias e argumentos que tenho vindo a desenvolver noutros textos, alguns já publicados e outros no prelo. O foco e a estrutura desta versão decorrem, no entanto, do repto que nos foi lançado.

Este impulso transformador confronta-se, no entanto, com os impactos sistémicos das várias crises em curso, que dificultam a concretização das alterações visadas. Talvez a mudança de designação operada pelo governo americano, substituindo o nome de Ministério da Defesa por Ministério da Guerra, reflita simbolicamente estes tempos conturbados: estamos em 'guerra', em muitas 'guerras', umas impostas, outras desejadas, umas dispensáveis, outras necessárias.

Neste contexto de 'múltiplas guerras', há duas tendências que se destacam e se entrecruzam: a crescente imprevisibilidade quanto ao futuro e a crescente centralidade das cidades enquanto arenas de construção do futuro. De facto, as cidades emergem, neste caso, como decisivas por, pelo menos, três razões: porque o avanço da urbanização constitui um traço estrutural das sociedades contemporâneas, nada fazendo prever a sua inversão ou sequer uma desaceleração relevante desta tendência secular; porque as cidades, pelas suas características, estão sobre-expostas aos choques externos decorrentes das várias crises; e porque as cidades concentram em si os recursos estratégicos mais relevantes para concretizar várias das transformações estruturais desejadas.

Como construir, então, futuros mais esperançosos a partir das cidades em tempos marcados por crises sistémicas e transições necessárias? Ou, como refere o título escolhido pelos organizadores deste encontro, em tempos de desigualdades, mudanças e desencantos? Darei o meu contributo para este debate com base na apresentação sequencial de quatro mensagens.

A construção de futuros urbanos: um jogo desigual

Em tempos turbulentos como os atuais, não é necessário relembrar, como vários autores o fizeram ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, que "o futuro não se prevê, constrói-se". Mas quem constrói o futuro e de que futuro estamos a falar?

Em textos anteriores tenho vindo a distinguir três tipos de futuros². Em primeiro lugar, os futuros que, sendo previsíveis, são indesejados: é o caso do aquecimento global e consequentes alterações climáticas, do envelhecimento demográfico, do agravamento das desigualdades sociais, da perda de biodiversidade, etc.

Em segundo lugar, os futuros desejados, enunciados em agendas, estratégias e visões, umas de âmbito supranacional (global, europeu), outras relativas a países ou cidades particulares. As últimas décadas têm sido, aliás, particularmente férteis no que diz respeito à produção de agendas urbanas temáticas (cidades sustentáveis, circulares, amigas das crianças, etc.) e de conceitos novos (cidade compacta, cidade suave, cidade esponja, etc.).

Por último, a ideia de futuros prefigurados, isto é, futuros utópicos, apenas em parte intuídos e por isso ainda sem uma definição clara. A criação de 'laboratórios urbanos', que estimulam a experimentação e replicação de novas soluções para as cidades e de novas visões sobre as cidades, a par da proliferação de iniciativas alternativas não institucionalizadas, de base comunitária, contribuem para a emergência deste terceiro tipo de futuro.

O futuro das cidades, de cada cidade, resultará da conjugação destes três futuros, todos eles associados a incógnitas profundas quanto ao peso relativo de opções institucionais, coletivas e individuais: ação *versus* inação; visão estratégica *versus* reações casuísticas; disrupção *versus* manutenção do *statu quo*. A resolução destas incógnitas depende, como sempre sucedeu ao longo da história da humanidade, de um jogo complexo e assimétrico de poder, conhecimento e recursos por parte dos vários atores com impacto na evolução das cidades.

Em abstrato, poderá dizer-se que, em cada momento, o resultado do jogo 'Cidade' está em aberto. Mas num contexto marcado por atores com interesses, perspetivas e preferências não só distintos, mas muitas vezes contraditórios e mesmo antagónicos,

² Por exemplo, Ferrão, João (2024). *Para um Planeamento Territorial Esperançoso*, Consequência Editora, Rio de Janeiro.

difícilmente haverá situações em que todos ganham ou até jogos de soma zero, isto é, em que os benefícios de uns correspondem às perdas de outros. De facto, os protagonistas deste jogo, uns locais, outros externos, dispõem de cartas e de capacidades demasiado desiguais, o que condiciona de modo significativo o leque de possibilidades em termos de resultados finais. Esta afirmação suscita uma *primeira mensagem: a necessidade imperiosa de assegurar uma agência plural e inclusiva na construção de futuros urbanos.*

Religar a cidade em tempos de deslaçamento social: um imperativo urgente

Haverá, então, razões para falar de Cidades de Esperança, de Esperança nas Cidades?

Na verdade, há vários motivos para olhar para as cidades como lugares de esperança. O mais importante é, sem dúvida, a sua capacidade potencial de estimular dinâmicas individuais e coletivas de covitalidade, pela dimensão e diversidade que possuem e pela densidade de interações interpessoais e interorganizacionais que proporcionam. Não se trata apenas de reconhecer que as cidades são, para muitos, lugares de oportunidade. Trata-se, mais do que isso, de compreender que a convergência de fatores como escala, massa crítica, complementaridade e serendipidade (a ocorrência de “acazos felizes”) alimentam dinâmicas de covitalidade, em que diferentes fatores se potenciam reciprocamente de forma positiva, dinâmicas essas que são difíceis de encontrar em localidades de menor dimensão. E estas dinâmicas de covitalidade são essenciais para o avanço da criatividade, da inovação, de situações regeneradoras de natureza disruptiva e transformadora. Este é o verdadeiro traço distintivo das cidades, que importa preservar e renovar permanentemente.

Sucede, porém, que vivemos hoje processos persistentes de deslaçamento social que impedem a concretização plena desse potencial de covitalidade. Este deslaçamento resulta da convergência de vários fatores. Salientaremos três. Por um lado, o agravamento das situações de polarização, desigualdade, guetização e exclusão, que fragmentam a cidade enquanto realidade socioespacial. Por outro, a crescente desfiliação social que resulta do avanço do individualismo, da desconfiança no ‘outro’ e

nas instituições, da transferência de modos de sociabilidade baseados em interações diretas para os vários mundos virtuais, das tecnologias digitais e das redes sociais. Por último, a afirmação de quotidianos vorazes, marcados pelo imediatismo e pelo consumo, onde tudo tem de ser rápido, acelerado e em permanente atualização, imprimindo superficialidade e volatilidade às relações entre indivíduos, grupos, instituições e lugares.

Deste conjunto de observações resulta uma *segunda mensagem: a urgência de religar a cidade de forma a libertar a sua capacidade potencial de estimular dinâmicas individuais e coletivas de covitalidade*, condição essencial para construir futuros mais esperançosos.

A democracia urbana como condição de covitalidade urbana virtuosa e duradoura

Mas o que significa 'religar a cidade'? Na sua formulação mais simples, trata-se de intensificar e densificar relações sociais transformadoras em quatro planos simultâneos e complementares: entre pessoas e entre grupos; entre pessoas e natureza; entre pessoas e instituições; e entre pessoas e lugares. Esta intensificação e densificação de relações sociais transformadoras pressupõe, no entanto, uma condição básica: o reforço da democracia urbana. Chegamos, assim, a uma *terceira mensagem: a necessidade de aprofundar o nexo entre democracia urbana e covitalidade*, ou seja, de qualificar e acelerar as interações entre democracia urbana, relações sociais transformadoras e dinâmicas virtuosas e duradouras de covitalidade urbana.

Falar de democracia urbana implica falar dos atores que 'fazem cidade', das relações que estes estabelecem entre si e dos contextos em que os diferentes atores agem, interatuam, decidem e influenciam a construção do futuro.

A verdade é que as cidades são feitas no dia-a-dia por um vastíssimo leque de atores, individuais e coletivos, institucionais e informais, locais e externos. E estes atores não só regem a sua relação com a cidade por valores, interesses, necessidades e preferências que podem ser convergentes, contraditórios ou antagónicos, como têm capacidades muito desiguais de voz, influência, participação e deliberação sobre a cidade e os seus

futuros. Os contextos político-institucionais e socioculturais, por sua vez, ditam condições de possibilidade diferenciadas de participar, co-imaginar e fazer cidade a esses vários atores, nuns casos ignorando vozes e capacidades existentes, noutros, pelo contrário, estimulando processos de inclusão e valorização de vozes diversificadas, capacidades desiguais, prioridades distintas.

Contrariar os vários fatores de deslaçamento social e remover as múltiplas barreiras à interação exigem, por si só, um esforço imenso. Mas ainda assim esse esforço é, por si só, insuficiente para despoletar dinâmicas virtuosas e duradouras de covitalidade urbana. Chegamos, então, à *quarta mensagem: necessitamos de cidades vividas, co-imaginadas e construídas a partir de uma democracia urbana regeneradora*, que seja simultaneamente:

- . *Policêntrica* nos processos de decisão, isto é, em que estes decorrem não só dos procedimentos canónicos da democracia representativa, mas também de mecanismos mais inovadores e diversificados, associados a práticas de democracia participativa e deliberativa, em combinações e intensidades variáveis de acordo com os temas e os atores em jogo;

- . *Poliédrica* nas escalas de transformação, desde a cidade do dia-a-dia, vivida no quotidiano, à visão sistémica de cidade, isto é, considerando-a no seu todo e nas suas relações com a região envolvente, com outros lugares do país e com diferentes parcelas do mundo; e

- . *Polimórfica* nos modos de intervenção, ou seja, diversificada em termos de processos, instrumentos e domínios de ação.

Para cada uma destas dimensões é possível eleger um aspeto-chave para a construção de uma democracia urbana regeneradora:

- i) *As inovações democráticas* (orçamentos participativos, mini-públicos por sorteio, referendos e iniciativas de cidadãos, etc.), como forma de tornar os processos de decisão efetivamente mais policêntricos;

- ii) *A visão ou projeto de cidade*, como enquadramento prospetivo e estratégico capaz de dar coerência às distintas escalas a que ocorrem as transformações desejadas; e
- iii) *A governança urbana participada, colaborativa e adaptativa*, como modo de garantir uma coordenação eficiente e flexível das diferentes intervenções na cidade e dos atores envolvidos.

Estes elementos constituem, porventura, os ingredientes decisivos para a emergência de cidades de esperança.

Comentário final

Desde os anos 60 do século passado que somos alertados de que “o futuro não se prevê, constrói-se”. Ora, também a esperança se constrói ou, numa metáfora talvez mais adequada, se semeia. E as cidades, apesar de todas as contradições e tensões que as caracterizam, são o melhor solo para essa sementeira. Neste caso, contudo, a qualidade do solo não se mede através de variáveis químicas, físicas e biológicas, como o pH, a textura ou o tipo de bactérias presentes, mas sim em função de valores sociais, prioridades económicas e opções políticas.

Por outro lado, é habitual dizer-se que os solos em Portugal são, em geral, pobres e pouco profundos, exigindo o recurso a técnicas proactivas de regeneração. Também neste caso a metáfora se aplica: a democracia urbana no nosso país é insuficientemente rica e profunda. Estimular uma democracia urbana regeneradora nos moldes acima referidos é uma boa via para desencadear dinâmicas de covitalidade virtuosas e duradouras, contribuindo para a construção de cidades de esperança.

Mais do que ter esperança nas cidades, como se elas assegurassem por si só, e de modo mais ou menos garantido, prosperidade para todos, é necessário criar condições que permitam que a esperança germine, cresça e floresça nas nossas cidades - mesmo em contextos de crises sistémicas e transições complexas como os que hoje defrontamos.

Como o fazer? Esse é o debate para o qual procurámos contribuir e que importa alargar numa ótica de abertura a diferentes vozes e distintas perspetivas.

Joaquim Oliveira Martins

(Cepii, Paris and DIAL, Université Paris Dauphine-PSL)

1. Introdução³

Poucas questões na política económica contemporânea são tão decisivas, ou tão contestadas, como a de saber combinar prosperidade, equidade e sustentabilidade ambiental. Durante a maior parte do período pós II Grande Guerra, o crescimento do produto interno bruto (PIB) serviu como uma aproximação conveniente para as três: presumia-se que o aumento da produção elevava os rendimentos, financiava a redistribuição e, por fim, poderia gerar recursos para políticas ambientais (mesmo que até final do século passado as políticas ambientais não fossem especial preocupação). Esse pressuposto não foi validado pela evidência disponível. As economias avançadas com bom desempenho nas medidas convencionais de produtividade podem ter um desempenho inferior na saúde, na desigualdade ou na qualidade ambiental, ao passo que economias que crescem mais lentamente podem proporcionar níveis mais elevados de bem-estar humano.

Este artigo desenvolve o argumento em quatro etapas.

Começa com uma questão de base empírica: a crescente diferença de produtividade do trabalho entre os Estados Unidos e países europeus coincide com um resultado inverso nas métricas de bem-estar, de modo que o país que produz mais por trabalhador não gera, manifestamente, mais bem-estar. Em seguida, volta-se para a teoria, discutindo a razão pela qual a análise económica considera tão difícil combinar os objetivos de

³ O autor utilizou Claude Opus 4.8 (Anthropic) na preparação deste manuscrito. A ferramenta auxiliou a conversão da apresentação original do autor na Conferência P3DT, a 9 abril 2026 e dos dados subjacentes, em texto estruturado, que foi objeto de leitura e alteração. Todas as afirmações factuais, dados, citações e interpretações têm origem no trabalho e nas fontes do próprio autor; a IA não gerou quaisquer resultados de investigação nem dados. Revi e editei todo o texto e verifiquei todas as referências. Gostaria também de agradecer aos participantes das 10^{as} Conferências P3DT pelos comentários e sugestões. Naturalmente, assumo total responsabilidade pelo conteúdo e conclusões.

eficiência, equidade e sustentabilidade ambiental, localizando a dificuldade nos teoremas do bem-estar, no hábito de tratar a descarbonização como um custo e numa leitura algo mecânica da regra de Tinbergen. A terceira secção esboça um quadro de bem-estar assente nas complementaridades de políticas e no reconhecimento de que componentes importantes do bem-estar das pessoas são bens públicos descentralizados, o que implica a separação, típica dos manuais de economia, entre equidade e eficiência. A secção final argumenta que é nas cidades e na governação subnacional que este quadro pode ser posto em prática de forma mais adequada e reflete sobre a importância da mudança de paradigma na relação entre economia, política e tecnologia.

2. O paradoxo produtividade – bem-estar

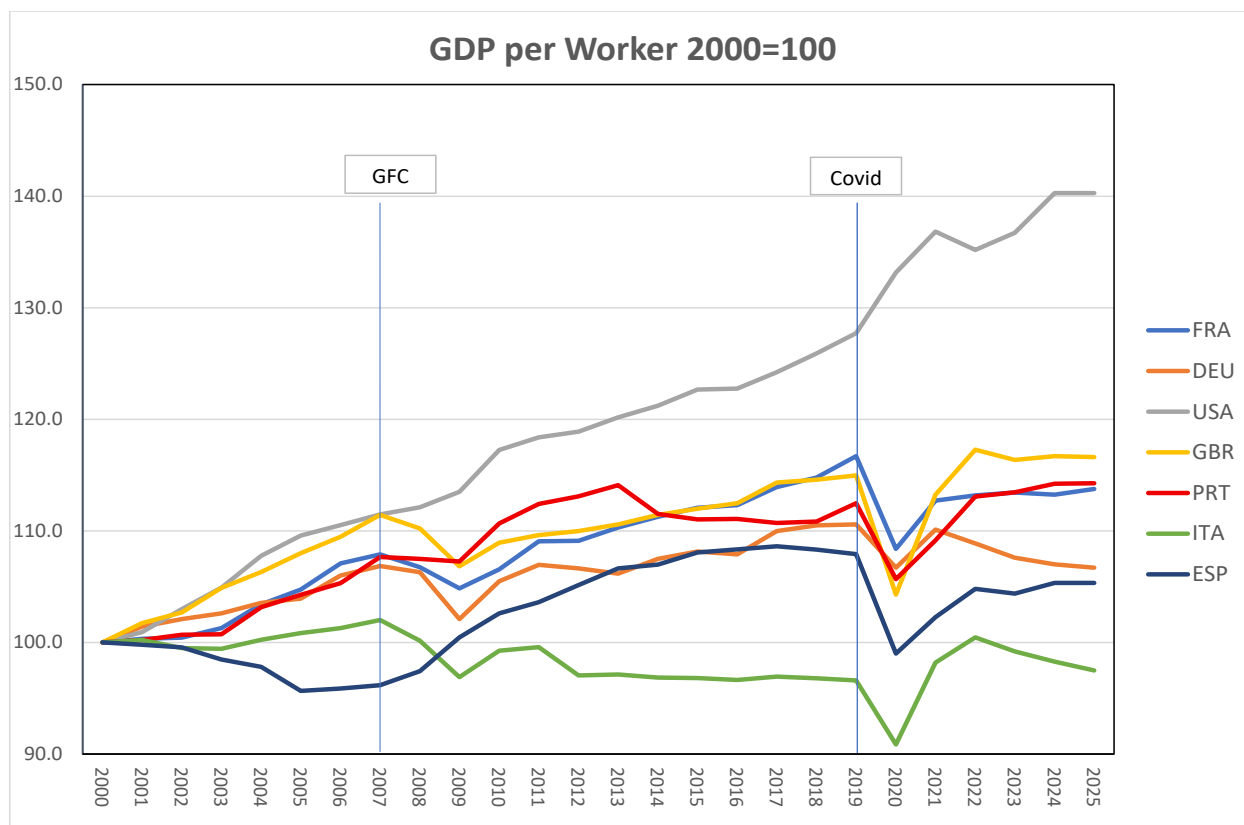
Produzir mais torna as pessoas mais felizes? A evidência aqui reunida sugere que a ligação é muito mais ténue do que as contas-padrão baseadas no PIB sugerem, e que os Estados Unidos e a Europa Ocidental percorreram trajetórias divergentes que uma comparação de número único do produto por trabalhador caracteriza erradamente.

2.1. Uma diferença transatlântica de produtividade do trabalho

Medida pelo PIB por trabalhador e indexada a 2000, os Estados Unidos distanciaram-se de forma constante das principais economias europeias (Figura 1). Na viragem do século, a produtividade do trabalho em França era aproximadamente igual à dos Estados Unidos. Um quarto de século depois, abriu-se uma diferença da ordem dos 20%. A produtividade americana subiu para cerca de 140 na escala 2000=100, enquanto a França, a Alemanha, o Reino Unido, Portugal e Espanha se agrupam bastante abaixo, e a Itália praticamente estagnou ou recuou para baixo do seu ponto de partida. Os dois grandes choques do período — a Crise Financeira Global e a pandemia de COVID-19 — são bem visíveis, mas a característica mais marcante é estrutural: após cada choque, os

Estados Unidos retomaram rapidamente uma trajetória de crescimento, ao passo que as economias europeias recuperaram muito mais lentamente.

Figura 1. PIB por trabalhador, economias selecionadas, 2000–2025.



Fonte: OCDE, Economic Outlook Database, 2026.

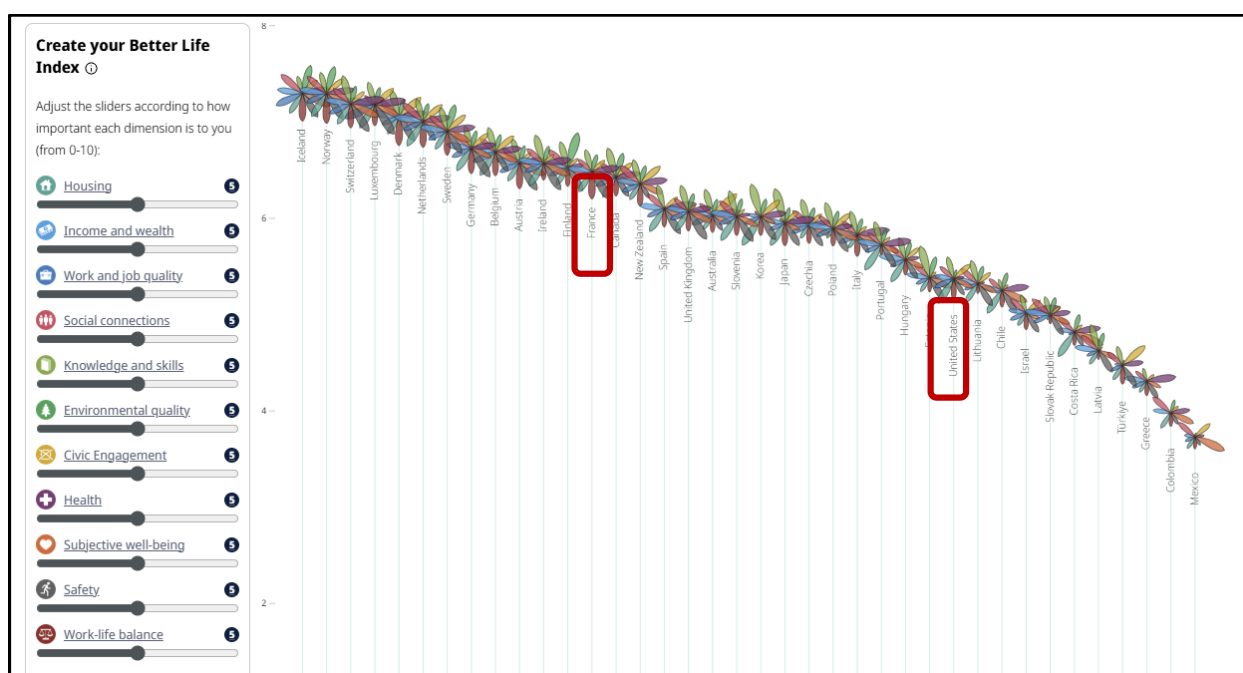
Tomada isoladamente, esta figura convida a um diagnóstico familiar: a Europa tem um problema de produtividade, pelo que a tarefa política será a de fechar a diferença. Esse diagnóstico não está errado, mas é incompleto. Pressupõe que a produtividade por trabalhador é uma estatística suficiente para aferir o bem-estar de uma sociedade — um pressuposto que as subsecções seguintes põem em causa.

2.2. O bem-estar conta uma história diferente

O Índice para uma Vida Melhor (Better Life Index, BLI) da OCDE agrega onze dimensões do bem-estar — habitação, rendimento e riqueza, qualidade do trabalho e do emprego, ligações sociais, conhecimento e competências, qualidade ambiental, participação

cívica, saúde, bem-estar subjetivo, segurança e equilíbrio entre vida profissional e pessoal (Figura 2). Com *ponderações iguais* entre estas dimensões, a ordenação dos países difere acentuadamente da ordenação por produtividade. A França situa-se bem acima na distribuição, entre os melhores desempenhos, enquanto os Estados Unidos surgem mais abaixo, apesar da sua liderança esmagadora no produto por trabalhador. Os países no topo são economias mais pequenas e de elevado nível de confiança — Islândia, Noruega, Suíça, Luxemburgo, Dinamarca, Países Baixos — e não as maiores ou mais produtivas.

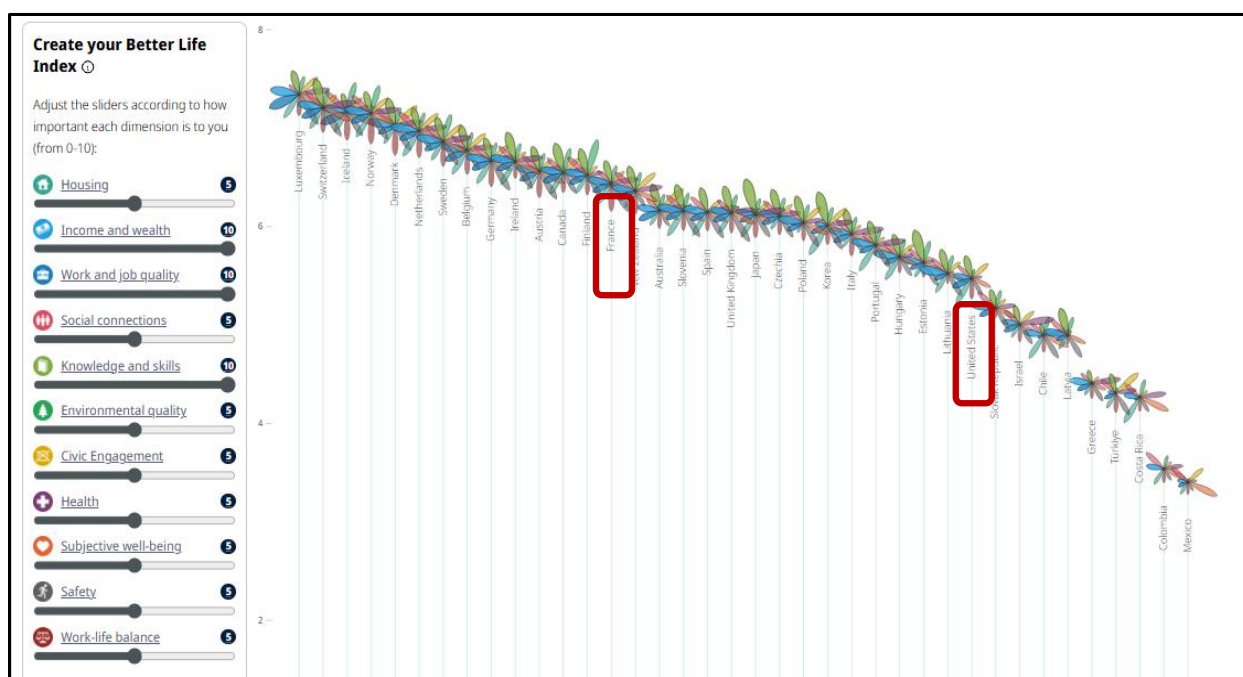
Figura 2. Índice para uma Vida Melhor da OCDE, ponderações iguais em todas as dimensões. A França fica bem acima dos Estados Unidos.



Fonte: OCDE, Better Life Index.

Uma objeção natural é que a ponderação igual desvaloriza indevidamente a prosperidade material, a dimensão em que os Estados Unidos é o país mais forte. Se repetirmos a comparação, atribuindo a ponderação máxima às condições materiais — rendimento e riqueza, qualidade do trabalho e do emprego, e conhecimento e competências, todos fixados nos seus valores mais elevados —, a França continua a ficar acima dos Estados Unidos (Figura 3). O resultado é revelador: o défice de bem-estar americano não é um artefacto do modo como o índice trata o bem-estar material.

Figura 3. Índice para uma Vida Melhor da OCDE com ponderação máxima nas condições materiais. A França continua acima dos Estados Unidos.

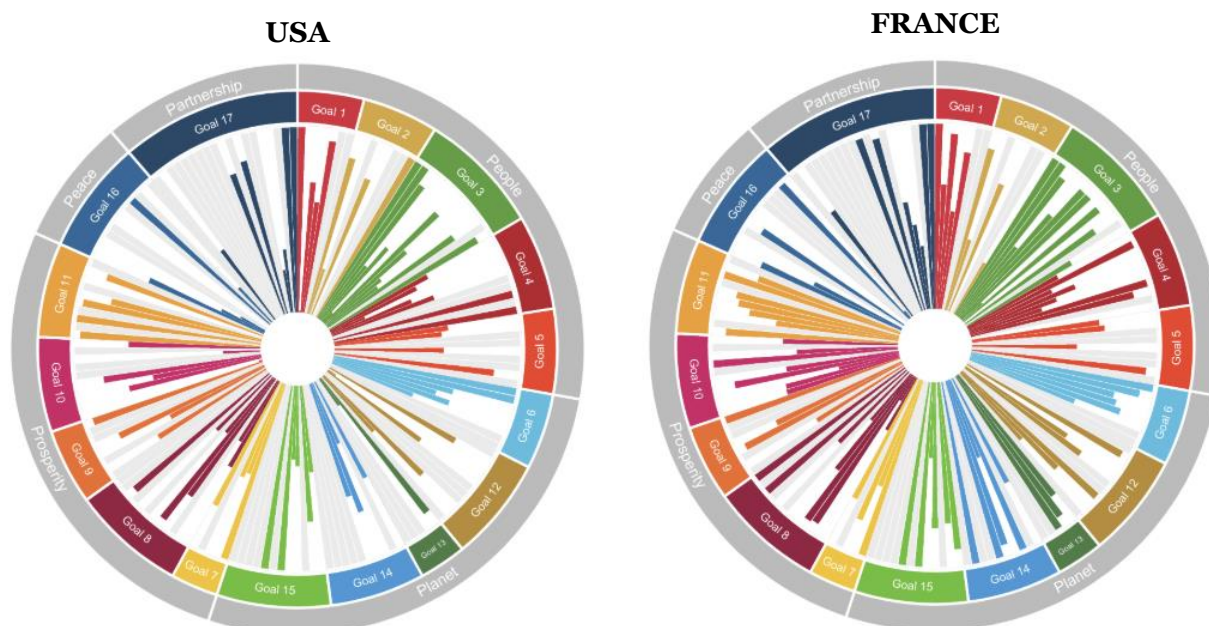


Fonte: OCDE, Better Life Index.

2.3. Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Uma perspectiva complementar é dada pelos dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que a OCDE ilustra como uma roda em que o comprimento de cada raio representa a distância percorrida em direção a uma dada meta (Figura 4). Comparando os Estados Unidos e a França no conjunto completo de objetivos — organizados sob as designações de Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias —, o perfil da França é geralmente mais completo e mais equilibrado, indicando um progresso mais amplo nos objetivos sociais e ambientais, ao passo que o perfil americano é mais irregular, com um forte desempenho em alguns objetivos ligados à prosperidade, em contraponto com resultados mais fracos noutros. A comparação dos ODS reforça a mensagem do Índice para uma Vida Melhor a partir de uma direção metodológica diferente: uma leitura multidimensional do desenvolvimento não acompanha simplesmente o PIB por trabalhador.

Figura 4. Cumprimento dos ODS: França versus Estados Unidos, por objetivo.



Fonte: OECD Hub on Sustainable Development Goals.

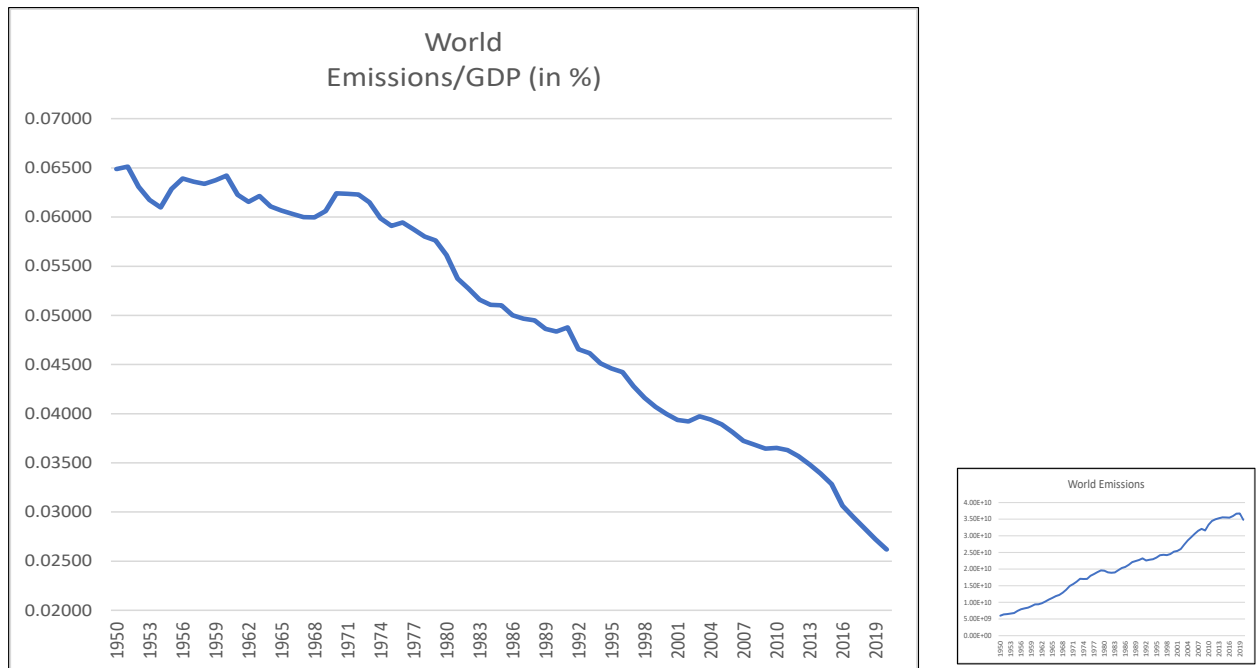
2.4. Crescimento e carbono: um desacoplamento não chega

A dimensão ambiental acentua o contraste. Utilizando os indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial, a intensidade carbónica do produto mundial — emissões por unidade de PIB — caiu de forma mais ou menos constante desde 1950, de cerca de 0,065 para aproximadamente 0,026 na série apresentada, uma redução de cerca de 1,2%/ano (Figura 5). Em termos relativos, a economia mundial tornou-se acentuadamente mais limpa por dólar produzido. No entanto, as emissões absolutas continuaram a subir, porque a produção cresceu muito mais rapidamente do que a intensidade diminuiu. Entre 1950 e 2020, o PIB mundial, em termos de paridade de poder de compra constante, foi multiplicado por cerca de 14,4, enquanto as emissões mundiais de carbono foram multiplicadas por cerca de 5,8. Por outras palavras, os ganhos de eficiência foram amplamente ultrapassados pela escala do crescimento.

Isto mostra como uma noção de progresso puramente baseada na intensidade — fazer mais com menos — pode ser satisfeita mesmo quando o resultado que verdadeiramente importa para o clima, as emissões totais, se move na direção errada, o que sugere que a

relação entre crescimento, bem-estar e sustentabilidade não pode ser considerada na avaliação de uma variável de cada vez, o que motiva as questões teóricas abordadas em seguida.

Figura 5. Emissões mundiais por unidade de PIB (esquerda) e emissões mundiais totais (direita), 1950–2019.



Fonte: Cálculos do autor com base nos WDI do Banco Mundial.

3. Porque é tão difícil combinar eficiência, equidade e sustentabilidade ambiental?

Se os dados mostram que a produtividade e o bem-estar podem divergir, a questão é: por que razão os quadros de política habituais têm dificuldade em prosseguir em simultâneo a eficiência, a equidade e a sustentabilidade? A resposta está em parte inscrita na própria arquitetura da economia do bem-estar.

3.1. Os teoremas do bem-estar e a separação entre equidade e eficiência

Dois resultados ancoram a visão convencional.

O Primeiro Teorema do Bem-Estar afirma que, se todos os mercados forem perfeitamente concorrenciais e não existirem distorções — sem bens públicos,

externalidades, impostos ou poder de monopólio —, então qualquer equilíbrio concorrencial é eficiente no sentido de Pareto: ninguém pode ficar em melhor situação sem colocar outrem em pior situação, e os recursos são afetados da forma mais eficiente possível.

O Segundo Teorema do Bem-Estar vai mais longe: qualquer afetação eficiente no sentido de Pareto pode ser alcançada como um equilíbrio concorrencial, desde que as dotações iniciais sejam redistribuídas de forma adequada. A sociedade pode, portanto, em princípio, prosseguir qualquer resultado distributivo que deseje através de transferências de montante fixo e deixar depois que os mercados concorrenciais entreguem a eficiência, sem interferir nos preços.

A consequência prática do segundo teorema é que a equidade e a eficiência são separáveis: os objetivos distributivos pertencem ao sistema de transferências, a eficiência alocativa pertence ao mercado. Esta separação é analiticamente elegante e, para uma vasta classe de problemas, útil. Mas depende de pressupostos — ausência de externalidades, de bens públicos, de interdependência entre as utilidades dos agentes — que são precisamente os pressupostos que falham nas questões de bem-estar e sustentabilidade aqui em causa. Quando esses pressupostos falham, como mostra a Secção 4, a equidade e a eficiência deixam de poder ser nitidamente separadas e toda a divisão do trabalho em matéria de política fica em questão.

3.2. A redução de emissões de carbono enquadrada como um custo

Uma segunda fonte de dificuldade é o modo como a descarbonização é tipicamente modelizada. Numa formulação-padrão, um agente representativo maximiza a utilidade $U(C, F)$, onde C é um bem isento de carbono e F um bem baseado em carbono, sujeito a uma restrição de emissões: $Em \leq \bar{Em}$, em que o lado direito é uma dada meta de emissões. Nesta configuração, o preço-sombra da restrição de emissões é o custo marginal de reduzir as emissões, ou o imposto sobre o carbono. A descarbonização entra como um limite vinculativo ao que a economia pode fazer, pelo que qualquer redução de CO₂ surge, por construção, como um *custo* relativamente ao caso não restringido.

Este enquadramento é importante. Uma vez que a redução de emissões é escrita como uma restrição, o desenho da política é empurrado para o terreno das arbitragens (*trade-offs*): quanto crescimento deve ser sacrificado por que quantidade de redução de emissões. A possibilidade de que um ambiente mais limpo seja, ele próprio uma componente do bem-estar — algo que os agentes valorizam diretamente, e não uma mera restrição às suas escolhas — é excluída antes de a análise começar. A Secção 4 retoma este ponto e propõe uma alternativa em que a redução de emissões entra diretamente na função de utilidade, como um bem e não como uma restrição.

3.3. A regra de Tinbergen e a negligência da interdependência das políticas

O princípio clássico de Jan Tinbergen sustenta que alcançar n metas de política independentes requer pelo menos n instrumentos de política independentes. A regra é sólida, mas a sua invocação repetida incentivou o hábito de tratar metas e instrumentos como se fossem sempre independentes. Schaeffer (2019) torna a interdependência explícita com uma taxonomia simples. Com duas políticas, cada par pode ser neutro, conflituante ou complementar, gerando as combinações resumidas no Quadro 1.

O essencial da taxonomia está em saber para onde se dirige a atenção. A economia convencional tende a deter-se nos casos **A, B e D** — situações em que as políticas são independentes ou estão em conflito genuíno. A abordagem de bem-estar aqui defendida concentra-se, em vez disso, no caso **F**, em que ambas as políticas são mutuamente complementares, de modo que prosseguir uma faz avançar a outra. Se complementaridades deste tipo forem comuns, a aritmética de Tinbergen de “um instrumento por meta” subestima o que pode ser alcançado, porque uma única reforma bem escolhida pode mover vários objetivos em conjunto.

Política A ↓ / Política B →	Neutra	Conflituante	Complementar
Neutra	A	B	C
Conflituante (compromisso)	B	D	E
Complementar	C	E	F

Quadro 1. Configurações de política com duas metas e dois instrumentos. Adaptado de Schaeffer (2019).

3.4. A matriz do bem-estar e as complementaridades de políticas

As complementaridades podem ser organizadas de forma sistemática (Figura 6).

Figura 6. A matriz do bem-estar: políticas económicas, sociais e ambientais versus eficiência, a equidade e a sustentabilidade ambiental.

	E fficiency	E quity	E nvironmental Sustainability
E conomic Policies	Sustained growth	Inclusive Growth	Green Growth
S ocial policies	Inclusive Growth	Social cohesion	Social Ecology
E nvironmental policies	Green Growth	Social Ecology	Sustainable Environment

Fonte: Autor, a partir de Topkis (1998).

Dispondo os três domínios de política (económico, social e ambiental) contra os três objetivos (eficiência, equidade e sustentabilidade ambiental) obtém-se uma matriz três por três, cujas células fora da diagonal nomeiam os conceitos híbridos que surgem quando domínios e objetivos interagem. A política económica prosseguida em prol da equidade gera *crescimento inclusivo*; a política económica prosseguida em prol da sustentabilidade gera *crescimento verde*; a política social prosseguida em prol da sustentabilidade gera *ecologia social*. A diagonal contém os objetivos puros — crescimento sustentado, coesão social, um ambiente sustentável — enquanto as células fora da diagonal, construídas como complementaridades dois por dois à maneira de Topkis (1998), representam as interações das políticas.

As afirmações substantivas associadas à matriz são que as interações são frequentemente positivas: as reformas económicas podem aumentar a equidade; as políticas sociais, ao construir conhecimento e confiança, podem aumentar a eficiência; uma economia verde pode impulsionar a inovação; o crescimento verde pode melhorar a sustentabilidade; e políticas sociais bem desenhadas podem ser ambientalmente sustentáveis, desde logo, porque os pobres são os mais expostos à degradação ambiental. A matriz complexifica assim o desenho de políticas de uma forma produtiva, substituindo uma lista de objetivos separados por uma teia de relações.

Decorre daí um corolário metodológico para a medição. Se as três dimensões do bem-estar interagem, então um indicador de bem-estar não deve ser *aditivo*, da forma $W = E_f + E_q + E_s$, porque a aditividade trata as dimensões como substitutos, permitindo que uma pontuação elevada numa compense uma pontuação baixa noutra. Uma forma *multiplicativa*, $W = E_f \times E_q \times E_s$ — a lógica subjacente ao Índice de Desenvolvimento Humano — é mais adequada, porque penaliza o desequilíbrio: ter um desempenho muito mau em qualquer dimensão isolada arrasta o resultado final para baixo, independentemente da força nas restantes.

4. Haverá uma forma de integrar eficiência, equidade e sustentabilidade?

Tendo diagnosticado por que razão os três objetivos resistem à combinação, duas etapas são centrais: incorporar explicitamente o bem-estar no modo como as políticas são avaliadas e governadas, e reconhecer que o carácter de bem público de muitas componentes do bem-estar dissolve a separação, típica dos manuais, entre equidade e eficiência. Aqui chegados, impõe-se contribuir de alguma forma para a construção da esperança nas cidades, a partir de uma leitura do bem-estar.

4.1. Implementar uma agenda de política de bem-estar

Uma agenda de bem-estar tem uma componente avaliativa e uma componente de governação. Quanto à avaliação, a proposta é realizar uma apreciação ex-ante das

reformas de política, calculando o valor monetário — o “preço-sombra” — de dimensões do bem-estar, tais como uma tonelada de emissões de carbono, um ano de esperança de vida, ou uma redução da desigualdade. Uma vez que cada dimensão passa a ter um preço, os ganhos e as perdas podem ser agregados entre dimensões num único valor de bem-estar. Decisivamente, os valores de bem-estar produzidos desta forma estão tipicamente em desacordo com a taxa de crescimento do PIB per capita: uma reforma pode aumentar o bem-estar medido ao mesmo tempo que reduz o crescimento medido, ou vice-versa, o que é exatamente a informação de que um decisor político precisa e que uma métrica baseada apenas no PIB pode ocultar.

Quanto à governação, a agenda enfatiza mecanismos estratégicos e descentralizados em vez de uma direção de cima para baixo. Destacam-se quatro elementos (ver UNESCO, 2022):

- **Inclusão.** Um maior envolvimento das partes interessadas pode melhorar a eficiência das políticas, normas e projetos em domínios de amplo interesse público, porque os afetados detêm informação e legitimidade que falta ao centro.
- **Dados inteligentes.** Fornecer aos cidadãos dados, recursos e informação adequados permite-lhes tomar melhores decisões sobre as suas próprias vidas e a sua capacitação, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
- **Triagem de políticas.** Processos de decisão abertos, transparentes e horizontais ajudam a produzir políticas mais centradas nas pessoas.
- **Descentralização.** Mecanismos que apoiem a provisão descentralizada de bens públicos — na educação, cultura, conectividade social, saúde, habitação e confiança — permitem complementar a ação do governo central.

4.2. Bens públicos e a rutura da separabilidade

Um ponto analítico fundamental diz respeito aos bens públicos. Quando os diferentes agentes incorporam bens públicos produzidos de forma descentralizada, a propriedade de separabilidade que sustenta o Segundo Teorema do Bem-Estar deixa de se verificar

(Chichilnisky e Heal, 1994, 2000; Oliveira Martins e Sturm, 2000). As funções de utilidade tornam-se inter-relacionadas e deixa de ser possível maximizar a utilidade de um agente tomando como dadas as utilidades de todos os outros, porque as decisões de consumo de cada agente ajudam a produzir o bem público que entra no bem-estar de todos. Assim, a integração das interações sociais pode quebrar a separabilidade entre equidade e eficiência pelo mesmo mecanismo (Fleurbaey *et al.*, 2021).

Formalmente, o problema passa a ser o de maximizar uma soma ponderada de utilidades individuais, $W = \sum_i w_i \cdot u_i(c_i, P_G)$, sujeito a $P_G = f(c_1, c_2, \dots, c_n)$, onde o bem público global P_G é ele próprio uma função das escolhas de consumo de todos os agentes. Exemplos de bens públicos produzidos de forma privadamente descentralizada incluem a redução de emissões de carbono, a coprodução de conhecimento, a educação, a cultura, o estado de saúde da população, a confiança e a segurança.

Este reenquadramento tem uma implicação importante para a modelização da descarbonização discutida na Secção 3.2. Em vez de surgir como uma restrição externa que limita a otimização, a redução de emissões de carbono pode ser introduzida como um bem público global diretamente dentro da função de utilidade de cada agente. O ar mais limpo torna-se então um bem que as pessoas valorizam e ajudam a produzir, e não uma penalização imposta ao seu comportamento. Uma vez levada a sério a estrutura de bens públicos, a questão deixa de ser como trocar eficiência por equidade ou por sustentabilidade, passando a ser como coordenar contribuições descentralizadas para bens partilhados, precisamente o problema que as cidades estão bem posicionadas para resolver.

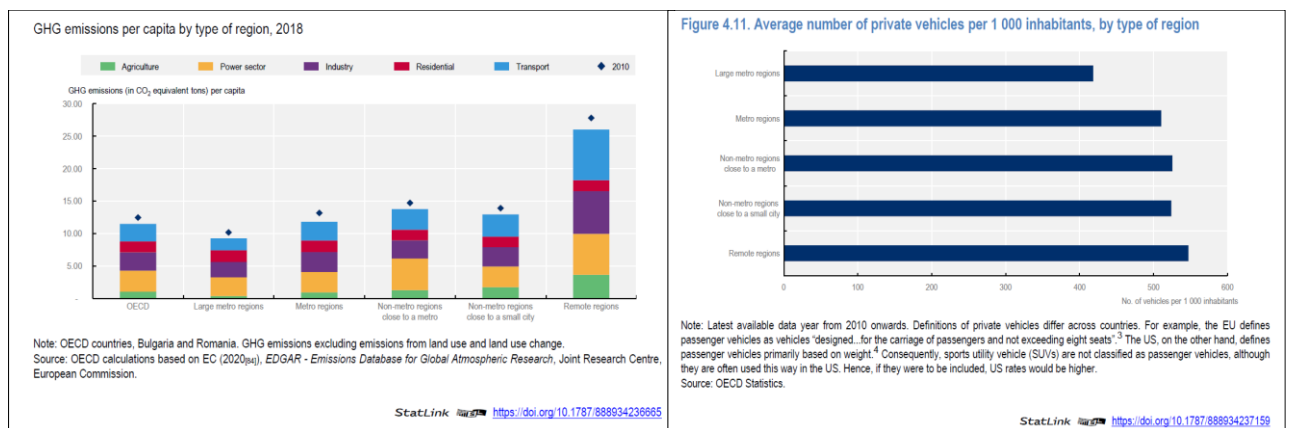
5. O papel das cidades e da descentralização

A etapa final do argumento liga a agenda de bem-estar a um nível de governação subnacional. As cidades concentram população, atividade económica e agência política; são também, sugere a evidência, ambientes em que a eficiência, a equidade e a sustentabilidade podem mover-se em conjunto em vez de umas contra as outras — desde que sejam bem governadas.

5.1. Cidades, emissões e dependência do automóvel

A densidade tem vantagens ambientais. Os dados da OCDE mostram que as regiões metropolitanas, e em especial as grandes regiões metropolitanas, têm emissões de gases com efeito de estufa *per capita* mais baixas do que as regiões não metropolitanas e remotas (Figura 7).

Figura 7. Emissões de GEE *per capita* e veículos privados por 1.000 habitantes, por tipo de região.



Fonte: OCDE, com base no EDGAR e nas OECD Statistics.

As regiões remotas apresentam, de longe, as emissões per capita mais elevadas, com uma grande componente de transportes, enquanto as grandes regiões metropolitanas apresentam as mais baixas. O padrão reflete-se na posse de veículos privados: o número de veículos privados por mil habitantes é mais baixo nas grandes regiões metropolitanas e aumenta monotonicamente em direção às regiões remotas. O mecanismo é intuitivo — a forma urbana compacta encurta as deslocações, favorece os transportes públicos e substitui o automóvel individual por infraestruturas partilhadas — e significa que a urbanização, frequentemente tratada como um problema ambiental, pode fazer parte da solução.

5.2 Governação metropolitana, produtividade e desigualdade

A governação, e não apenas a geografia, molda os resultados. A evidência em vários países da OCDE indica que uma maior fragmentação administrativa — uma área metropolitana dividida entre muitos municípios — está associada a dois efeitos adversos em simultâneo. Primeiro, reduz a produtividade da cidade: as metrópoles fragmentadas captam menos benefício de aglomeração que os grandes mercados de trabalho urbanos deveriam conferir (Ahrend *et al.*, 2014; Bartolini, 2015). Segundo, aumenta a desigualdade e a segregação entre municípios, à medida que a triagem fiscal e social concentra vantagem e desvantagem em diferentes espaços administrativos (Comandon & Veneri, 2021).

A dupla constatação é significativa para o argumento deste artigo, porque é uma instância, no mundo real, do caso *F* da taxonomia de Tinbergen. Reduzir a fragmentação — através de coordenação metropolitana, de órgãos de governação que abranjam a área urbana funcional, ou de acordos cooperativos entre municípios — pode aumentar a produtividade e reduzir a desigualdade em simultâneo. A eficiência e a equidade, separadas em teoria, revelam-se conjuntamente pela mesma reforma de governação. É a matriz do bem-estar tornada concreta: uma melhor governação metropolitana ocupa a célula complementar onde dois objetivos se reforçam mutuamente.

5.3. Cidades europeias e americanas comparadas no plano ambiental

Uma comparação de indicadores ambientais nas cidades dos Estados Unidos e da UE a 26 em 2021, extraída da base de dados das Áreas Urbanas Funcionais da OCDE, estende o tema transatlântico da Secção 2 à escala urbana. As cidades europeias são consideravelmente mais densas e têm um melhor desempenho em várias medidas ambientais, de forma mais dramática no carbono. Os principais valores estão resumidos no Quadro 2.

Indicador (médias por cidade, 2021)	EUA (np)	UE (np)	EUA (p)	UE (p)
Densidade populacional média	170,25	522,18	305,39	573,33

Área verde média	50,65	44,84	57,74	45,01
NO ₂ per capita	26,35	34,56	57,74	52,60
PM10 per capita	72,73	87,46	84,50	90,96
PM2,5 per capita	100,00	99,56	99,98	99,75
Ozono per capita	64,67	48,75	50,50	43,33
Emissões de CO₂ per capita	11,11	6,07	48,94	12,71
CO₂ per capita, edifícios	1,62	1,12	9,43	2,93
CO₂ per capita, transporte rodoviário	2,29	1,04	9,77	2,14

Quadro 2. Indicadores ambientais das cidades, EUA versus UE26, 2021 (np = não ponderado, p = ponderado pela população). Fonte: cálculos do autor com base na base de dados FUA da OCDE. Nota: a comparação pode ser afetada pela disponibilidade limitada de dados de poluição para 2021.

O resultado mais marcante diz respeito ao carbono. Numa base ponderada pela população, as emissões médias de CO₂ *per capita* nas cidades americanas são cerca de cinco vezes as das cidades europeias (48,9 contra 12,7), com a diferença especialmente grande nos edifícios e no transporte rodoviário. As cidades europeias são mais densas, menos dependentes do automóvel e de menor intensidade carbónica. Uma ressalva, no entanto, deve ser tida em conta: os dados de poluição para 2021 são limitados, pelo que a comparação pode estar enviesada, se bem que a ordem de grandeza é coerente com a evidência regional e nacional. As cidades não são apenas afetadas pelo paradoxo produtividade–bem-estar; são um dos lugares onde a dimensão ambiental desse paradoxo é visivelmente mais favorável à Europa.

5.4. A atual mudança de paradigma e o papel das cidades

O artigo encerra situando as cidades numa transformação mais ampla. A ordem liberal do pós-guerra assentava numa separação relativa entre economia e política, por vezes na subordinação da política à economia. Essa ordem parece estar a dar lugar a um sistema cada vez mais dominado pela competição geoestratégica, em que as decisões económicas são subordinadas às estratégicas. Num tal ambiente, políticas económicas mal desenhadas impõem custos reais no consumo e no bem-estar, com o risco de um novo equilíbrio se revele sustentável dentro de um quadro mais autoritário, ou sob a lógica de uma economia de guerra.

A tecnologia complica o quadro em ambas as direções. Por um lado, a inteligência artificial torna a informação mais transferível e aumenta drasticamente a capacidade de processamento, e estas mudanças tendem a favorecer o controlo centralizado.⁴ Por outro lado, muita informação valiosa é local e não pode ser totalmente transferida: o conhecimento tácito é contextual e a racionalidade limitada restringe a capacidade de qualquer centro para o processar. Pelo argumento clássico de Hayek (1945), isto confere à tomada de decisão descentralizada uma vantagem duradoura que nenhuma quantidade de poder de cálculo no centro pode apagar por completo.

É nesta tensão que as cidades e a descentralização adquirem a sua importância estratégica. Podem ajudar a manter um certo grau de equilíbrio no sistema político e traçar um caminho através da transição, equilibrando a atração centralizadora das tecnologias de informação face ao valor irredutível do conhecimento local. As cidades podem envolver um amplo leque de partes interessadas — cidadãos e empresas locais por igual — e, ao atuar a uma escala onde as complementaridades são visíveis e a responsabilização é próxima, podem liderar pelo exemplo na promoção tanto da descarbonização como da coesão social.

6. Conclusão

O argumento deste artigo pode ser reunido em quatro pontos.

Primeiro, os dados questionam a cómoda associação da produtividade com o bem-estar: os Estados Unidos lideram a Europa no PIB por trabalhador, mas ficam atrás no Índice para uma Vida Melhor, no progresso dos ODS e nas emissões per capita, e o desacoplamento da intensidade carbónica face às emissões de carbono mostra que os ganhos de eficiência, por si só, não garantem sustentabilidade. Segundo, a teoria dominante tem dificuldade com esta realidade porque separa a equidade da eficiência, trata a redução de emissões como um custo e lê a regra de Tinbergen como uma orientação para a independência entre objetivos. Terceiro, um quadro de bem-estar oferece um caminho, ao atribuir preço às dimensões do bem-estar para avaliação ex-

⁴Estes argumentos foram avançados por Ricardo Reis numa discussão por via remota do Grupo Sharing Knowledge, em 30 de setembro de 2025.

ante, ao mapear as complementaridades de políticas e ao reconhecer que os bens públicos descentralizados quebram a separabilidade entre equidade e eficiência. Quarto, as cidades são o *locus* natural para pôr esse quadro em ação: mais densas, de menor intensidade carbônica e menos dependentes do automóvel e — quando bem governadas — capazes ao mesmo tempo de aumentar a produtividade e reduzir a desigualdade.

Nada disto garante que a eficiência, a equidade e a sustentabilidade possam ser sempre conciliadas; persistem *trade-offs*. Mas desloca o ônus da prova. Se as complementaridades forem tão comuns como a evidência urbana sugere, então a tarefa da política é menos a de escolher entre objetivos e mais a de conceber instituições — muitas delas locais — que permitam que os objetivos se reforcem mutuamente. Num período de tensão geoestratégica e de rápida mudança tecnológica, esse pode ser um caminho simultaneamente mais esperançoso e mais realista.

Referências

- Ahrend, R., Farchy, E., Kaplanis, I., & Lembcke, A. C. (2014). *What Makes Cities More Productive? Evidence on the Role of Urban Governance from Five OECD Countries*. OECD Regional Development Working Papers, 2014/05. Paris: OECD Publishing.
- Bartolini, D. (2015). Municipal Fragmentation and Economic Performance of OECD TL2 Regions. OECD Regional Development Working Papers, 2015/02. Paris: OECD Publishing.
- Chichilnisky, G., & Heal, G. (1994). Who should abate carbon emissions? An international viewpoint. *Economics Letters*, 44(4), 443–449.
- Chichilnisky, G., & Heal, G. (2000). *Environmental Markets: Equity and Efficiency*. New York: Columbia University Press.
- Comandon, A. & P. Veneri (2021). Residential Segregation Between Income Groups in International Perspective. In M. van Ham et al. (eds.), *Urban Socio-Economic Segregation and Income Inequality*. The Urban Book Series. Springer.
- Fleurbaey, M., R. Kanbur & D. Snower. (2021). Efficiency and Equity in a Society-Economy Integrated Model. CESifo Working paper 9259.
- Hayek, F. A. (1945). The Use of Knowledge in Society. *American Economic Review*, 35(4), 519–530.
- OECD. (s.d.). *Better Life Index (BLI)*. <https://www.oecdbetterlifeindex.org>

- OECD. (2026). *OECD Economic Outlook Database*.
- OECD. The OECD Hub on Sustainable Development Goals. Paris: OECD Publishing.
- Oliveira Martins, J., & Sturm, P. (2000). Efficiency and distribution in computable models of carbon abatement. In G. Chichilnisky & G. Heal (Eds.), *Environmental markets: Equity and efficiency* (pp. 1–17). Columbia University Press.
- Schaeffer, P. (2019). A Note on the Tinbergen Rule. Mimeo.
- Tinbergen, J. (1952). *On the Theory of Economic Policy*. New York: North-Holland.
- Tinbergen, J. (1956). *Economic Policy: Principles and Design*. New York: North-Holland.
- Topkis, D. M. (1998). *Supermodularity and Complementarity*. Princeton: Princeton University Press.
- UNESCO. (2022). *Inclusive and resilient societies: Equality, sustainability and efficiency*. UNESCO Publishing.
- World Bank. *World Development Indicators (WDI)*. Washington, DC: World Bank.

Política para as cidades em tempos de guerra

Oriol Nel·lo

(Departament de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona)

A desesperança parece ter-se enraizado nas sociedades europeias. Uma grande parte dos jovens está convencida de que, apesar dos formidáveis progressos em matéria de bem-estar, acesso aos serviços, esperança de vida e educação que os nossos países experimentaram ao longo do último meio século, a sua existência será mais precária do que a dos seus progenitores. Esta situação gera um descontentamento que se expressa, cada vez mais, através do apoio a formações autoritárias e difusão de atitudes políticas xenófobas, racistas e machistas. Além disso, uma parte crescente da população europeia — 72%, segundo dados do Eurobarómetro — manifesta uma profunda preocupação com a proximidade de conflitos armados. No meu entender, estas três questões — os receios associados à precarização das condições de vida, a ascensão de atitudes políticas autoritárias e a ameaça da guerra — encontram-se estreitamente relacionadas.

Gostaria de me centrar aqui no último motivo da desesperança que hoje aflige as nossas cidades: a ameaça da guerra. A conflagração na Ucrânia veio pôr termo a um longo período de sete décadas sem conflitos armados internacionais abertos na Europa. Um período durante o qual a memória da catástrofe das duas guerras mundiais, o avanço da integração europeia e a consciência do carácter irreversível de um confronto nuclear pareciam constituir um antídoto contra a possibilidade de conflagrações armadas de grande dimensão no continente europeu. É certo que a existência de numerosas guerras como as do Afeganistão, da Chechénia, do Iraque, do Sudão e do Congo, para citar apenas algumas, bem como a terrível guerra civil jugoslava da década de 1990, já advertiam para a fragilidade da paz. Hoje, a miragem de uma paz permanente na Europa — uma espécie de paz perpétua kantiana — desfez-se, não apenas perante a eclosão da guerra na Ucrânia, mas também a proximidade do conflito no Médio Oriente, o genocídio em Gaza, a destruição da Síria, a invasão do Líbano e a guerra com o Irão.

Neste contexto, considero que os urbanistas e os estudiosos das cidades têm a obrigação — académica, cívica e política — de procurar responder a duas questões: por um lado, sobre as consequências dos conflitos armados atuais para as cidades e, por outro, a propósito da incidência que podem ter sobre esses conflitos a política e as políticas urbanas. Como se verá, o meu argumento principal é que as guerras assumem hoje, em muitos casos, um carácter eminentemente urbano e que é nas cidades que se encontram alguns dos principais instrumentos para atenuar os efeitos das guerras presentes e evitar guerras futuras.

Por isso sim, é nas cidades que está a esperança. Neste caso, a esperança na paz.

1. A lógica militar, política e simbólica do urbicídio

A guerra, tal como o conjunto da nossa sociedade, tornou-se urbana. As imagens da destruição de Gaza, dos bombardeamentos de Teerão, Beirute, Kiev e Mariúpol confirmam de forma avassaladora esta afirmação. Há já alguns anos, Stephen Graham explicou as razões pelas quais os conflitos bélicos se concentram cada vez mais nas áreas urbanas: estas constituem os nós de comunicação, os motores da economia e o local de residência da maior parte da população. Longe vão os tempos em que os exércitos se enfrentavam em campo aberto, como numa justa ou num torneio.

Recentemente, temos visto repetidamente como, mais do que serem conquistadas, as cidades são destruídas, aniquiladas. Assim, os nomes de Grozny, Aleppo, Gaza ou Mariúpol vieram juntar-se aos de Dresden, Le Havre, Hiroshima ou Guernica. A destruição da cidade, em vez de constituir um «efeito colateral» do conflito armado, transformou-se num dos seus principais objetivos.

A lógica deste tipo de ações, dizem-nos os especialistas, responde a diversas causas. Em primeiro lugar, o custo do combate no interior da cidade revela-se extraordinariamente elevado e dissuasor para os exércitos atacantes, como os cercos de Sarajevo ou de Kiev demonstraram. Perante estas dificuldades, a aniquilação do espaço construído através de bombardeamentos pode parecer uma alternativa adequada. A disponibilidade de novos meios particularmente sofisticados, como mísseis de alta precisão ou drones guiados à distância, facilita enormemente a destruição de instalações militares, centros de produção e infraestruturas básicas, enfraquecendo a capacidade de resposta do inimigo e criando as condições para a ocupação do território.

A destruição de determinados elementos urbanos visa igualmente tornar impossível a vida das populações civis nas cidades. Constituem disso um exemplo eloquente os ataques sistemáticos às infraestruturas energéticas da Ucrânia, que provocaram graves interrupções no fornecimento de eletricidade e aquecimento à sua população durante o inverno. Do mesmo modo, o bombardeamento de hospitais, escolas e outras infraestruturas sociais a que assistimos durante o genocídio em Gaza, longe de constituir uma consequência indesejada das hostilidades, configurou um objetivo definido e organizado. A demolição de todas as povoações do Sul do Líbano visa igualmente a criação de uma área onde seja impossível viver, uma *buffer zone*, para utilizar as palavras, pretensamente assépticas, do ministro da Defesa israelita. Com efeito, segundo dados das Nações Unidas, os bombardeamentos e entrada da máquina de guerra provocaram o deslocamento de mais de um milhão de pessoas só entre fevereiro e março de 2026.

Mas há mais do que isso. A destruição das cidades possui frequentemente também uma componente simbólica, programática. O colapso da ponte de Mostar durante a guerra

da Bósnia, ou a demolição de habitações da população palestina nos territórios ocupados por Israel, não respondem tanto a necessidades bélicas quanto à destruição deliberada de elementos físicos que simbolizam e tornam possível a vida de comunidades inteiras. Trata-se do que foi designado por «urbicídio», um termo cunhado nos anos sessenta nos Estados Unidos para descrever a transformação da cidade em benefício do automóvel privado e que acabou por ser utilizado sobretudo em referência às destruições associadas aos conflitos armados.

Martin Coward abordou as razões e as consequências desta estratégia devastadora em *Urbicide: The Politics of Urban Destruction*. Nesta obra, cita as palavras com que a escritora croata Slavenka Drakulić exprimia a sua desolação perante a destruição da ponte de Mostar: todos damos por adquirido que morreremos, mas as pontes (ou as cidades, ou as paisagens) foram construídas para nos sobreviver; transcendem o nosso destino individual; a sua destruição não representa a morte de um de nós, mas de todos nós.

O urbicídio pode ser considerado, portanto, uma forma específica de violência política. Nos conflitos que procuram opor as populações em função da origem ou da língua, concretiza-se frequentemente na destruição do meio edificado que favorece a vida em comum. Mariúpol, destruída duas vezes em menos de um século — durante a Segunda Guerra Mundial e em 2022 — constitui um exemplo trágico. Em 2014, a cidade contava com 478.000 habitantes, as comunidades ucraniana e russa tinham aproximadamente o mesmo peso demográfico e existia também uma presença significativa de gregos. Antes da Segunda Guerra Mundial, a cidade acolhia também uma importante comunidade judaica, como explica Natascha Wodin em *A Minha Mãe Era de Mariúpol*, onde narra a vida de uma mulher nascida na cidade e levada para a Alemanha como trabalhadora forçada durante o conflito. Os mais recentes combates não causaram apenas milhares de mortes irreparáveis; aniquilaram também o espaço construído que sustentava esta diversidade.

O carácter simbólico e performativo da destruição das cidades confirma-se igualmente na vontade de aniquilar a sua memória. Não se trata apenas de fazer desaparecer fisicamente habitações e estabelecimentos comerciais, ruas e praças, hospitais e escolas, mas de os arrancar da memória, apagá-los literalmente do mapa. Um exemplo disso é o desaparecimento das referências aos assentamentos palestinianos e da toponímia árabe nos mapas de Israel e dos territórios ocupados. O *Atlas of Palestine (1917–1966)*, elaborado em Londres pela *Palestine Land Society*, procura preservar, com meios muito limitados, esta supressão da memória histórica. A escritora Adania Shibli, em *Minor Detail*, mostrou os efeitos trágicos desta espoliação cultural.

A destruição física e simbólica da cidade atinge a sua expressão máxima no desaparecimento do património: dos bens comuns, como os monumentos e os espaços

de culto; dos elementos emblemáticos, como a ponte de Mostar; mas também dos modestos haveres das pessoas e das famílias. Mikhail Bulgákov, nascido em Kiev, romanceou as vicissitudes de uma família da cidade, os Turbin, durante a guerra civil ucraniana de 1918-1919. Nesse conflito — que opôs não apenas os bolcheviques e os exércitos brancos, mas também diversas forças nacionalistas e os Estados vizinhos — a cidade foi conquistada por diferentes exércitos mais de uma dezena de vezes. O escritor descreve detalhadamente o enxoval que a mãe, ao morrer, deixara aos filhos: «os azulejos, os velhos móveis de veludo vermelho, as camas com esferas brilhantes, os tapetes gastos, garridos e carmesins, [...] as chávenas douradas, a prata, os retratos, as cortinas e os sete quartos poeirentos e cheios de coisas onde os jovens Turbin tinham crescido».

Ao contemplar as casas destruídas pelas bombas nas cidades ucranianas, palestianas, libanesas, sírias ou iranianas, esta passagem regressa à memória vezes sem conta. A destruição das habitações representa de forma particularmente evidente as vidas devastadas, não apenas pela morte daqueles que nelas habitavam, mas também pelo desaparecimento dos objetos que, com esforço e esperança, uma família reuniu ao longo de toda uma existência.

A destruição da cidade prossegue o mesmo objetivo, mas numa escala maior, avassaladora. Significa a aniquilação dos bens comuns, do património coletivo construído ao longo de séculos, da base física que poderia tornar possível a vida em comum. Por estas razões, o urbicídio, longe de constituir um simples dano colateral ou mesmo um objetivo de guerra é um crime particularmente execrável, vistas as suas consequências sociais e culturais que vão além da imperdoável morte de pessoas indefesas.

2. A destruição da cidade como oportunidade de negócio

Não se deve esquecer, contudo, que a destruição da cidade pode ser a oportunidade para um negócio formidável. Não me refiro apenas ao comércio de armas e à despesa militar que, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, ultrapassou os 2,7 biliões de dólares em 2024, cerca de 2% do PIB mundial. Refiro-me antes às ligações entre o urbicídio e a «destruição criativa» do espaço urbano e do ambiente construído que, segundo David Harvey, se revela essencial para a circulação e expansão do capital.

A noção proposta pelo geógrafo britânico é bem conhecida. Retoma a ideia de Marx segundo a qual a economia capitalista está periodicamente exposta a crises de sobreacumulação, nas quais os lucros gerados pelo processo produtivo produzem um excedente de capital sem possibilidades de investimento nessa mesma esfera. Como o

capital necessita de ser continuamente reinvestido para se valorizar, recorre ao que Harvey designou por *spatial fix* (ou ajuste espacial). Esta pode concretizar-se quer através da expansão geográfica para novos territórios e novos mercados, quer mediante o investimento em infraestruturas, habitação e urbanização. Neste último caso, o investimento urbano — o chamado «circuito secundário de acumulação» — atuaria como escape para o excedente de capital, absorvendo grandes volumes de investimento no ambiente construído.

Todavia, este recurso acaba por se converter, ao fim de algum tempo, num obstáculo, devido à rigidez do espaço construído e à dificuldade de o expandir indefinidamente. É então que, segundo Harvey, entra em ação o princípio da «destruição criativa»: a desvalorização, o abandono ou a destruição de edifícios e bairros, mesmo quando estes não são propriamente obsoletos, com o objetivo de os substituir por outros mais rentáveis, capazes de absorver novos volumes de investimento. Neste sentido, a destruição do ambiente construído não seria acidental, mas inerente ao sistema económico, assumindo um certo carácter cíclico: investimento em capital fixo urbano, saturação, queda da rentabilidade, desvalorização ou destruição do capital fixo e novo investimento.

É tentador ver na destruição das cidades pela ação bélica um caso extremo da «destruição criativa» descrita por Harvey. No entanto, seria um erro proceder a uma simples transposição mecânica da esfera económica para o domínio da violência física. Para Harvey, a destruição criativa constitui um mecanismo estrutural e permanente do capitalismo, cuja finalidade principal consiste em restaurar a rentabilidade do capital. Pelo contrário, o urbicídio é um fenómeno relativamente excecional que pode responder, como vimos, a objetivos de carácter militar, político e simbólico e não procura — pelo menos de forma imediata — a valorização do capital. Assim, nem toda a destruição provocada pela guerra pode ser interpretada como um exercício de «destruição criativa».

Ainda assim, os pontos de contacto entre a ação bélica e a esfera económica são, em muitos casos, inegáveis. A guerra destrói capital fixo — habitações, redes urbanas, espaços produtivos — acumulado ao longo de décadas e, em determinadas circunstâncias, permite novas etapas de acumulação. Estas assumem frequentemente a forma de planos de reconstrução, que implicam investimentos maciços de capital, com a entrada de fundos internacionais, provenientes em muitos casos das potências vencedoras, destinados à construção de infraestruturas, quase sempre com a reconfiguração radical do espaço urbano. Além disso, a situação pós-bélica, marcada pela subordinação da população derrotada, facilita os processos de «acumulação por despossessão», de que Harvey também falou, isto é, a privatização de bens comuns e a expropriação de ativos (terras, recursos energéticos, imóveis). O plano do presidente Donald Trump para a «reconstrução» de Gaza, com a sua transformação na «Riviera do

Médio Oriente» — uma espécie de *resort* turístico internacional após o genocídio em que morreram cerca de 70.000 pessoas — constitui um exemplo, grotesco pela sua própria desfaçatez, da utilização da tragédia bélica para fins de despossessão e enriquecimento.

Também não se deve esquecer que a questão da reconstrução coloca dilemas de natureza urbanística, sobre os quais não nos podemos alongar aqui. Hans Magnus Enzensberger resumiu-os com clareza em *Europa em Ruínas*, em que aborda a situação das cidades europeias no final da Segunda Guerra Mundial. Alguns defendiam que as cidades deveriam ser reconstruídas tal como tinham sido, *à l'identique*, para utilizar a fórmula da legislação francesa da época. Foi esta a opção seguida em Varsóvia, onde se procurou recriar, por vezes até ao mais ínfimo detalhe, as construções preexistentes. Outros, pelo contrário, entendiam que se deveria aproveitar a oportunidade para remodelar completamente a cidade, construindo sobre um «terreno limpo», tal como desejava Le Corbusier. Este foi o caminho seguido na reconstrução de Le Havre, segundo o plano de Auguste Perret, ou em Roterdão, concebida por Cornelis van Traa. Infelizmente, muitas cidades terão hoje de enfrentar novamente estes mesmos dilemas.

3. Enfrentar as causas e as consequências da guerra a partir das cidades

Até aqui explorámos, de forma sucinta, as implicações — militares, políticas, simbólicas e económicas — da destruição das cidades em tempos de guerra. Estas não são, evidentemente, as únicas consequências da situação bélica para as nossas urbes. Mesmo aquelas que não se encontram diretamente expostas aos estragos do conflito veem as suas condições de vida e os seus horizontes políticos transformados: estabelecem-se novas prioridades para a despesa pública, limitam-se os avanços sociais e, em muitas ocasiões, ganham terreno as forças políticas favoráveis à restrição dos direitos e das liberdades públicas, em nome da segurança. A guerra, como ameaça ou como realidade, altera radicalmente a vida das cidades. Gostaria, para concluir, de apresentar algumas reflexões sobre aquilo que podemos fazer a partir delas para procurar atenuar os efeitos das guerras e evitar a sua proliferação.

Para isso, importa partir de duas premissas. Em primeiro lugar, devemos ter presente que as cidades não são sujeitos políticos homogéneos. Pelo contrário, acolhem no seu interior grupos sociais com interesses opostos, frequentemente contraditórios. A posição que cada cidade adote — perante a guerra ou qualquer outra questão — dependerá, portanto, da correlação de forças entre esses diversos grupos e interesses. Em segundo lugar, devemos reconhecer que, num mundo dominado pelas relações entre Estados e, cada vez mais, pelos interesses das grandes corporações económicas e tecnológicas, a capacidade das políticas locais é mais limitada. Ainda assim, a política e

as políticas desenvolvidas nas cidades possuem a capacidade de influenciar e mediar tanto as causas como as consequências dos conflitos.

Recentemente tive ocasião de manter uma longa conversa, para *Fondamenta*, a revista teórica da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro*, com Ada Colau. Ao fazer o balanço dos seus oito anos de mandato como presidente da Câmara Municipal de Barcelona, perguntei-lhe sobre as políticas que tinha promovido na minha cidade. Poder-se-ia esperar, como contestação, uma longa enumeração de realizações, mas a sua resposta foi bastante diferente: «Creio que conseguimos mudar a agenda política. Foi isso, essencialmente, o que fizemos, com todos os acertos e todos os erros. Talvez não tenhamos conseguido fazer tudo o que gostaríamos. Mas mudámos a agenda, colocando temas diferentes como prioridades da cidade. Isso é reconhecido por todos, até pelos nossos detratores.» Assim, num contexto em que os poderes locais se têm preocupado sobretudo com a atração de investimentos, as infraestruturas e as operações imobiliárias, a autarca reivindicava ter colocado em primeiro plano os problemas que afetam mais urgentemente a maioria da população: o acesso à habitação, a pobreza energética, o espaço público, a mobilidade e os serviços. «É verdade que talvez não possas resolver a regulação dos fundos de investimento à escala global porque isso não está nas mãos da cidade», explicava, «mas podes tornar visível o conflito, posicionar-te, evidenciar quem são os adversários e, desse modo, mudar a agenda política».

Segundo Colau, a experiência de Barcelona encerra uma segunda lição: a possibilidade de alargar os limites do possível. Demonstrar, através dos factos, que as políticas urbanas transformadoras destinadas a melhorar as condições de vida da cidadania — no acesso à habitação, no combate à pobreza ou na regulação do turismo, por exemplo — são viáveis: «Assim, pode demonstrar-se à escala local que coisas que nos dizem ser impossíveis são, afinal, possíveis. Se o conseguimos fazer numa cidade, evidentemente também o podemos fazer numa região, num Estado ou no mundo.»

Poderíamos, sem dúvida, discutir a viabilidade de estender a outros contextos e a outras escalas os êxitos alcançados em cada cidade. Mas o que importa sublinhar aqui é a capacidade da política urbana para alterar a agenda e o seu potencial para melhorar as condições de vida da população. Na situação atual — caracterizada pela propensão para o conflito bélico e pela imposição de prioridades contrárias aos interesses da maioria da população — esta capacidade de iniciativa a partir das cidades revela-se, a meu ver, crucial. Por um lado, as políticas urbanas podem constituir um dique de contenção face àqueles que — sob o pretexto da guerra ou de qualquer outro argumento — pretendem fazer recuar os direitos e as liberdades para que as elites globais possam continuar a acumular ainda mais riqueza e mais poder. Por outro lado, as cidades podem desenvolver projetos sociais transformadores que refutem, na prática, a desesperança

da população e os corolários políticos autoritários que dela decorrem. Isto é, podem conseguir que a desesperança mude de campo.

A partir das nossas cidades, pode fazer-se ainda mais do que isso: podem estabelecer-se laços de solidariedade com aqueles que sofrem diretamente os efeitos da guerra e tecer redes destinadas a evitar a sua expansão. E, nesta tarefa, a ação da sociedade civil é tão ou mais importante do que a das próprias instituições locais.

No dia 15 de fevereiro de 2003, perante a iminência da guerra do Iraque, milhões de pessoas manifestaram-se em numerosas cidades do planeta sob o lema «Não à guerra!». Essas manifestações tinham como antecedente os movimentos contra a guerra do Vietname, nas décadas de 1960 e 1970, e encontraram continuidade nos protestos contra a invasão da Ucrânia, a ofensiva em Gaza e a atual guerra do Golfo Pérsico, para citar apenas os exemplos mais relevantes. Calcula-se que as mobilizações de 2003 tenham envolvido 36 milhões de pessoas em todo o mundo entre janeiro e abril desse ano. A capital catalã desempenhou um papel importante nesse movimento, ao ponto de o presidente norte-americano George W. Bush ter alegadamente exclamado que «a política externa dos Estados Unidos não pode ser determinada pelos manifestantes de Barcelona». Mas, digam o que disserem os governantes, a verdade é que a atuação de cada Estado perante os conflitos bélicos se encontra diretamente condicionada, em maior ou menor grau, pela mobilização da população nas cidades, como o demonstra o posicionamento dos governos europeus perante a crise do Irão.

O principal inimigo desta capacidade de mobilização das cidades encontra-se, naturalmente, nos fundamentalismos religiosos de toda a espécie e no nacionalismo. Perante estas pulsões, importa recordar a lição que Jean Jaurès pregou até ao seu assassinato, na sua oposição à guerra de 1914: acima da identidade nacional, acima das bandeiras que as elites empunham em defesa dos seus interesses, deve prevalecer a solidariedade entre os grupos sociais que ocupam uma posição subalterna em cada um dos países envolvidos no conflito. Porque serão eles, em última análise, a suportar os custos da guerra. Foi isso que Bertolt Brecht explicou com cristalina clareza no seu *Catecismo Alemão de Guerra*:

«No fim da última houve vencedores e vencidos.

Entre os vencidos, o povo passava fome.

Entre os vencedores, o povo passava fome também.»

Além de se mobilizarem para tentar evitar a guerra e protestar contra ela, as cidades podem estabelecer laços de solidariedade com aqueles que sofrem diretamente os seus efeitos devastadores. Durante o cerco de Sarajevo, que se prolongou por 1.425 dias, Pasqual Maragall, na altura presidente da Câmara Municipal de Barcelona deslocou-se à capital bósnia e declarou-a simbolicamente «Distrito de Barcelona». Assim, durante

muito tempo, Sarajevo foi considerada o «Distrito 11» da minha cidade e os orçamentos municipais passaram a incluir verbas destinadas a responder às necessidades da população cercada. Dir-se-á que se tratou de uma medida simbólicas mas quem visitar Sarajevo poderá ver, nas proximidades do aeroporto, o bairro reabilitado graças a esses apoios e falar com pessoas que, três décadas depois, ainda recordam que essa solidariedade foi um raio de esperança do maior significado.

O mesmo se pode dizer das ações em favor do acolhimento de refugiados. Para dar outro exemplo, durante a crise síria de 2014, a ação coordenada de diversas cidades europeias agrupadas no movimento *Fearless Cities* revelou-se decisiva perante as reticências dos governos da maioria dos Estados europeus.

Por fim, uma visão não ingénua do movimento pela paz deve necessariamente implicar a defesa da legalidade internacional e das instâncias supranacionais de cooperação e mediação. No meu entender, para que essa defesa seja eficaz, deve incluir uma reflexão sobre a capacidade de intervenção das cidades nas instituições internacionais. A maior parte da população mundial vive em cidades; é nelas que se produzem as principais inovações e nelas residem os grupos sociais com maior capacidade transformadora. É absurdo que os governos urbanos, que representam essa população, não disponham de maiores possibilidades de fazer ouvir a sua voz nos fóruns internacionais. Para tal, será necessário reforçar o papel do Comité das Regiões da Europa e dar voz aos governos locais no âmbito de umas Nações Unidas renovadas e fortalecidas, tal como propôs a United Cities and Local Governments.

Em 1948, pouco depois do fim de um conflito tão devastador como a Segunda Guerra Mundial, o jornalista E. B. White escreveu uma evocação da sua cidade de Nova Iorque:

«A mudança mais subtil que Nova Iorque experimentou é algo de que as pessoas não falam muito, mas que está presente na imaginação de todos. A cidade (...) tornou-se vulnerável. Uma esquadrilha de aviões pouco maior do que um bando de patos poderia rapidamente pôr fim a esta ilha de fantasia, incendiar as torres, derrubar as pontes, transformar os túneis do metropolitano em recintos mortais e incinerar milhões (...). Todos os habitantes das cidades têm de conviver com a evidência obstinada da aniquilação. (...) Ao longo do East River (...), como numa corrida contra o voo espectral dos aviões, os homens constroem a sede permanente das Nações Unidas (...). Esta corrida — a corrida entre os aviões destruidores e o combativo parlamento da Humanidade — está na imaginação de todos. A cidade ilustra, afinal, na perfeição, tanto o dilema universal como a solução geral: este paradoxo de aço e pedra é simultaneamente o alvo perfeito e a demonstração perfeita da não-violência.»

Que sejam as nossas torres, as torres das cidades solidárias e cheias de esperança, aquelas que prevaleçam.

Obras citadas

- ABU-SITTA, Salman H.(2011). *Atlas of Palestine 1917- 1966*. London: Palestine Land Society.
- BRECHT, Bertolt (1937). *Kriegsfibel*. Berlin: Eulenspiegel Verlag, 1955.
- BULGÁKOV, Mikhail (1924). *Belaya gvardiya* [Trad. Espanyola: *La guardia blanca*. Madrid: Traficantes de Sueños].
- COLAU, Ada (2026). “Il futuro della sinistra europea: smettere di leccarsi le ferite e costruire un progetto collettivo”, *Fondamenta 1* [diálogo con Oriol Nel·lo]
- COWARD, Martin (2009). *Urbice. The politics of Urban Destruction*. New York: Routledge.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus (1990). *Europa in Trümmern. Augenzeugenberichte aus den Jahren 1944 bis 1948*. Frankfurt am Main: Eichborn Verlag.
- HARVEY, David (1981). “The urban process under capitalism: a framework for analysis”. In Michael Dear & Allen Scott, *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*. New York: Routledge,
- HARVEY, David (2007). “Neoliberalism as Creative Destruction”. The Annals of the American Academy of Political and Social Science. Vol. 610,
- GRAHAM, Stephen (2011). *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. London: Verso.
- SHIBLI, Adania (2017). *Tafṣīl Tānawī*. [Trad. Española: *Un detalle menor*. Madrid: Hoja de Lata Editorial, 2019].
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2026). *SIPRI Military Expenditure Database*. <https://www.sipri.org/databases/milex>
- WHITE, E.B. (1949) *Here is New York*. NY: Harper & Bros.
- WODIN, Natacha (2017). *Sie kam aus Mariupol*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Buchverlag.